

Emprego, Preservação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Região Amazônica

**III Seminário Internacional do
Fórum Universitário MERCOSUL**

**Luiz Cezar Loureiro de Azeredo
Ipea**

Boa Vista, setembro 2008

Mercado de Trabalho no Brasil

Dimensão (2006)

População acima de 15 anos – 135. 136.146

População Economicamente Ativa – 94.690.704

População Ocupada – 86.837.286

População Desempregada – 7.853.418

Taxa de Participação – 70,1%

Taxa de Desemprego Aberto – 8,3%

Taxa de Formalidade - 47%

Taxa de Crescimento da População Economicamente Ativa -1,4% a.a

Rendimento Médio Real - R\$ 885,28

Mercado de Trabalho no Brasil

Características

- Desemprego Elevado
- Alto Patamar de Informalidade
- Renda Média é Baixa e Má Distribuída

Quadro 1

Mercado de Trabalho no Brasil

Cenários da Última Década

Período	Características
1995-1998	Estabilização dos preços por meio da combinação entre abertura comercial, elevação das taxas de juros e valorização da taxa de câmbio. Baixas taxas de crescimento do produto, com baixa elasticidade emprego/produto. Aumento paulatino do desemprego e queda da renda real.
1999-2003	Mudança do regime cambial, com adoção do regime de metas de inflação e promoção de superávits fiscais elevados. Baixas taxas de crescimento, com exceção do ano de 2000. Elevação da elasticidade emprego/produto; estagnação da renda real e estabilização da taxa de desemprego aberto em um patamar próximo a 10% ao ano.
2004-2008	Cenário externo favorável, crescimento médio mais elevado do PIB, recuperação do emprego assalariado formal, em taxas superiores ao do crescimento do produto, mas com crescimento um tanto menor da renda real média do trabalho.

Quadro 2

Principais Programas Federais de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil

Abono salarial	Benefício no valor de um salário mínimo anual, assegurado a quem percebe até dois salários mínimos de remuneração mensal, desde que cadastrado há 5 anos ou mais no PIS/Pasep e que tenha trabalhado pelo menos 30 dias em um emprego formal no ano anterior.	1989 (1970 para contas individuais)
Seguro-desemprego	Assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude da dispensa sem justa causa. Concedido em parcelas mensais, que variam de três a cinco, dependendo do número de meses trabalhado nos últimos 36 meses, para um período aquisitivo de 16 meses, ou seja: - três parcelas, se trabalhou pelo menos seis dos últimos 36 meses; - quatro parcelas, se trabalhou pelo menos 12 dos últimos 36 meses; e - cinco parcelas, se trabalhou pelo menos 24 dos últimos 36 meses	1986: Trabalhador formal 1992: Pescador artesanal 2001: Trabalhador doméstico 2003: Trabalhador resgatado
Intermediação de mão-de-obra/Sine	Captação de vagas nas empresas e encaminhamento de trabalhadores em busca de emprego.	1977
Qualificação Profissional	Oferta de cursos de qualificação profissional para trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego e micro empreendedores.	1995
Primeiro emprego para juventude	Promoção do ingresso do jovem no mundo do trabalho por meio de qualificação profissional, estímulo financeiro às empresas contratantes, parcerias para contratação de aprendizes e apoio à constituição de empreendimentos coletivos pelos jovens.	2003
Geração de emprego e renda	Concessão de crédito produtivo assistido a micro e pequenas empresas, cooperativas e trabalhadores autônomos.	1995
Economia solidária	Apoio à formação e divulgação de redes de empreendimentos solidários, pelo fomento direto, mapeamento das experiências e constituição de incubadoras.	2003

Fonte: MTE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Mercado de Trabalho no Brasil

Principais Problemas

- Dificuldade para incorporar no ambiente formal os trabalhadores não pertencentes ao núcleo estruturado do mercado
- Piora das condições dos trabalhadores excluídos do núcleo estruturado do mercado
- Mercado informal de trabalho não é alcançado pelos programas federais de atendimento ao setor

TABELA 1

Taxas de Desemprego e Taxas de Participação da População de 16 anos ou mais – Brasil: 1995 e 2005

Categorias Selecionadas	Taxa de desemprego (%)			Taxa de participação (%)		
	1995	2005	Variação (%)	1995	2005	Variação (%)
Homens	5,0	7,0	2,1	85,1	82,5	-2,6
Mulheres	7,0	12,1	5,1	54,3	59	4,7
Branco	5,4	8,1	2,7	68,2	69,4	1,2
Negro	6,4	10,5	4,1	70,4	71,2	0,7
16 a 17 anos	13,8	26,9	13,1	54,9	47,2	-7,8
18 a 24 anos	10,6	18	7,3	72,8	75,7	2,9
25 a 44 anos	4,8	7,3	2,6	80	83,4	3,4
45 a 59 anos	2,5	4,3	1,8	69,3	71,4	2,1
60 anos ou mais	1,4	2,6	1,1	33,4	30,6	-2,7
Sem instrução	3,1	4,4	1,3	59,4	53	-6,4
Primário incompleto	4,4	5,6	1,2	67,1	63,7	-3,4
Primário/fundamental incompleto	6,6	8,9	2,3	69,3	67,7	-1,6
Fundamental/médio incompleto	9,5	14,3	4,8	69	69,5	0,5
Médio/superior incompleto	5,9	10,6	4,7	77,6	80,5	2,9
Superior	2,4	4	1,6	86,4	85,5	-0,9
Regiões metropolitanas	7,8	12,8	5,1	66,2	69,2	3
Áreas urbanas não-metropolitanas	6,5	9,1	2,5	67,2	68,7	1,5
Áreas rurais	1,6	2,9	1,3	78,7	78,1	-0,6
Total	5,8	9,2	3,4	69,1	70,2	1,1

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: 1 Para conceito das taxas de desemprego e participação, ver notas metodológicas do Anexo Estatístico.

2 Variação corresponde à diferença em pontos percentuais entre as taxas. Discrepâncias no nível dos décimos se devem ao arredondamento.

3 Em relação à escolaridade: Sem instrução: < 1 ano de estudo; primário incompleto: 1 a 3 anos; primário/fundamental incompleto: 4 a 7 anos; fundamental/médio incompleto: 8 a 10 anos; médio/superior incompleto: 11 a 14 anos; superior: 15 ou mais.

TABELA 2

Proporção de Assalariados Formais (com carteira, militares e estatutários) no Total da Ocupação, por Grupos Selecionados – Brasil: População de 16 anos ou mais

Atributos selecionados	(Em %)		
	1995	2005	Variação (%)
Masculino	40,6	41,5	1,0
Feminino	37,3	40,5	3,3
Branca	43,6	45,4	1,7
Negra	33,6	36,4	2,9
16-17	20,3	14,7	-5,6
18-24	42,2	44,6	2,4
25-44	45,4	47,2	1,9
45-59	33,5	36,1	2,6
60+	12,9	13,0	0,1
Sem instrução	15,3	14,9	-0,4
Primário incompleto	24,8	22,3	-2,5
Primário/fundamental incompleto	37,0	31,4	-5,6
Fundamental/médio incompleto	50,7	42,0	-8,7
Médio/superior incompleto	62,5	59,0	-3,6
Superior	65,1	61,9	-3,2
Regiões metropolitanas	54,8	51,3	-3,6
Áreas urbanas não-metropolitanas	41,5	43,7	2,1
Áreas rurais	14,3	15,6	1,3
Total ocupados	39,2	41,1	1,9

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: 1Variação corresponde à diferença em pontos percentuais entre as taxas. Discrepâncias no nível dos décimos se devem ao arredondamento.

2 Em relação à escolaridade: sem instrução: < 1ano de estudo; primário incompleto: 1a 3 anos; primário/fundamental incompleto: 4 a 7 anos; fundamental/médio incompleto: 8 a 10 anos; médio/superior incompleto: 11a 14 anos; superior: 15 anos ou mais.

TABELA 3

Renda Média Real do Trabalho Principal – Brasil: em R\$ de setembro de 2005

Grupos selecionados	1995	2005	Var. (%)
Empregado com carteira	973,50	832,63	-14,50
Militar	1483,20	1301,88	-12,20
Funcionário público estatutário	1319,99	1337,28	1,30
Outros empregados sem carteira	471,35	481,24	2,10
Trabalhador doméstico com carteira	357,00	398,49	11,60
Trabalhador doméstico sem carteira	252,62	229,89	-9,00
Conta-própria	781,13	621,13	-20,50
Branca	1034,04	917,04	-11,30
Negra	487,71	473,09	-3,00
Homem	982,39	834,27	-15,10
Mulher	519,88	531,50	2,20
16 a 17 anos	196,63	171,92	-12,60
18 a 24 anos	438,66	402,67	-8,20
25 a 44 anos	923,93	756,79	-18,10
45 a 59 anos	1014,04	934,17	-7,90
60 anos ou mais	626,53	612,07	-2,30
Sem instrução	259,08	230,71	-10,90
Primário incompleto	388,04	321,25	-17,20
Primário/fundamental incompleto	572,03	447,05	-21,80
Fundamental/médio incompleto	786,81	532,03	-32,40
Médio/superior incompleto	1287,09	849,38	-34,00
Superior	3290,35	2416,46	-26,60
Metropolitana	1210,87	988,03	-18,40
Urbana não-metropolitana	791,18	690,31	-12,70
Rural	274,34	265,73	-3,10
Média do total dos ocupados	796,11	705,42	-11,40

Fonte: IBGE/Pnad.

Obs.: Em relação à escolaridade: sem instrução: < 1ano de estudo; primário incompleto: 1a 3 anos; primário/fundamental incompleto: 4 a 7 anos; fundamental/médio incompleto: 8 a 10 anos; médio/superior incompleto: 11a 14 anos; superior: 15 anos ou mais.

Tabela 4

Distribuição dos Assalariados, por Níveis de Rendimento Brasil e Grandes Regiões 2005

Nível de rendimento	(Em %)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 1 salário mínimo	32,6	40,1	59,1	23,8	21,4	29,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	36,2	35,3	25,6	38,5	42,9	38,4
Mais de 2 a 3 salários mínimos	12,4	10,4	5,9	14,7	15,3	11,7
Mais de 3 a 5 salários mínimos	9,8	8,1	4,8	11,8	11,5	9,4
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5,6	4,1	2,8	6,6	6,1	6,7
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1,8	1,3	1,0	2,2	1,8	2,7
Mais de 20 salários mínimos	0,5	0,3	0,2	0,6	0,4	0,9
Sem rendimento (1)	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
Sem declaração	0,9	0,3	0,3	1,6	0,4	0,3
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE. PNAD.

Elaboração: DIEESE.

Nota: (1) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Obs.: a) Os dados referem-se ao rendimento mensal no trabalho principal dos assalariados, incluídos os funcionários públicos estatutários e militares.

TABELA 5

Comportamento do Mercado de Trabalho Formal Brasil e Grandes Regiões - 2004 a 2006

Região e Setor de Atividade	2004	2005	2006	2007
	Admissões líquidas	Admissões líquidas	Admissões líquidas	Admissões líquidas
Brasil	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392
Norte	77.413	48.724	43.882	68.975
Nordeste	187.597	197.014	166.866	204.310
Sudeste	816.743	790.111	773.048	949.797
Sul	330.221	162.268	199.817	300.315
Centro-Oeste	111.302	55.864	45.073	93.995
Setor de atividade				
Extrativa mineral	10.337	9.530	12.052	9.762
Indústria de transformação	504.610	177.548	250.239	394.584
Serv. Ind. de utilidade pública	4.566	13.533	7.369	7.752
Construção civil	50.763	85.053	85.788	176.755
Comércio	403.940	389.815	336.794	405.091
Serviços	470.123	569.705	521.609	587.103
Administração pública	-382	21.599	8.253	15.252
Agropecuária	79.274	-12.878	6.567	21.093
Outros/Ignorados	45	76	0	0

Fonte: CAGED/Ministério do Trabalho e Emprego.

Elaboração : Disoc/Ipea.

Tabela 6

AMAZÔNIA LEGAL**Comportamento do Mercado de Trabalho Formal****Exercício 2007**

Estado	Variação		Setor de atividade mais dinâmico	
	Absoluta	Relativa (%)	Termos absolutos	Temas relativos
Acre	-96	-0,21	(Administração pública)	Extrativa mineral
Amapá	1704	3,91	Comércio	Agropecuária
Amazonas	22584	7,57	Indústria transformação	Construção civil
Maranhão	16178	6,36	Serviços	Construção civil
Mato Grosso	24556	6,44	Comércio	Construção civil
Pará	28003	5,83	Comércio	Extrativa mineral
Rondônia	8333	5,94	Comércio	Extrativa mineral
Roraima	1342	5,33	Construção civil	Construção civil
Tocantins	7105	8,14	Construção civil	Construção civil

Fonte: CAGED, 2007/MTE.

SOUTH AMERICA



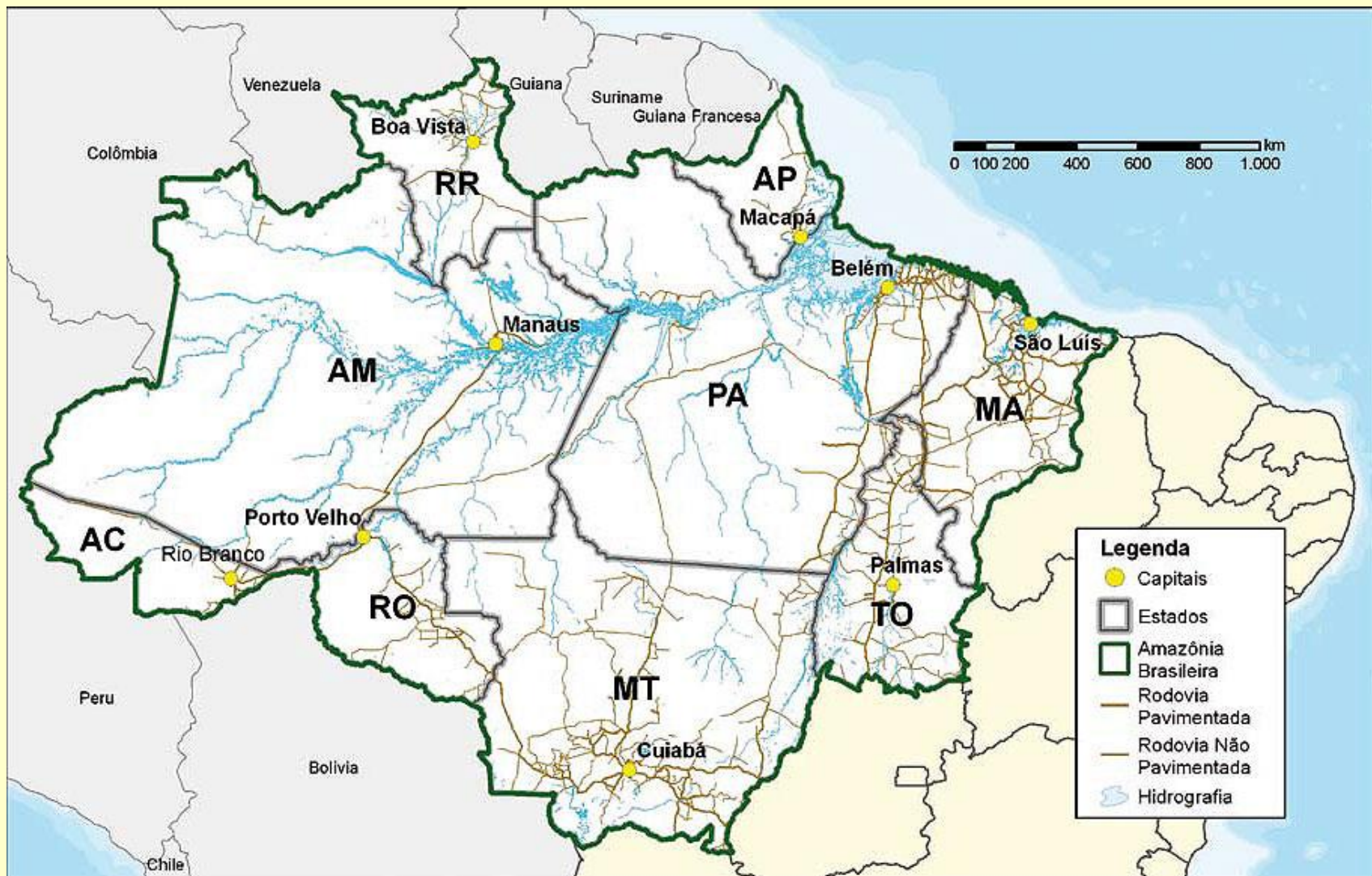
Processo de Integração da América do Sul

Tópicos Relevantes

- Deve observar a complementaridade de recursos e a execução de projetos conjuntos capazes de alicerçar uma agenda de desenvolvimento no continente
- O planejamento do ordenamento territorial deve, em cada país, se basear em estratégias que busquem conciliar a coesão sócio-econômica interna com a integração nacional e continental
- Enfrentar a extrema desigualdade social e garantir adequada oferta de serviços sociais básicos
- Estabelecer uma dinâmica econômica que viabilize a incorporação do mercado interno potencial, suporte a concorrência internacional e engendre condições propícias para o desenvolvimento de novos produtos e mercados
- Promover o estabelecimento de uma infra-estrutura logística moderna, eficiente e competitiva
- Utilizar de forma sustentável, racional e eficiente o riquíssimo patrimônio ambiental do continente
- Importância do papel a ser exercido pela Amazônia no século XXI no processo de integração continental

Amazônia Brasileira

Divisão Político-Administrativa



Quadro 3

Área Territorial dos Estados da Amazônia Legal

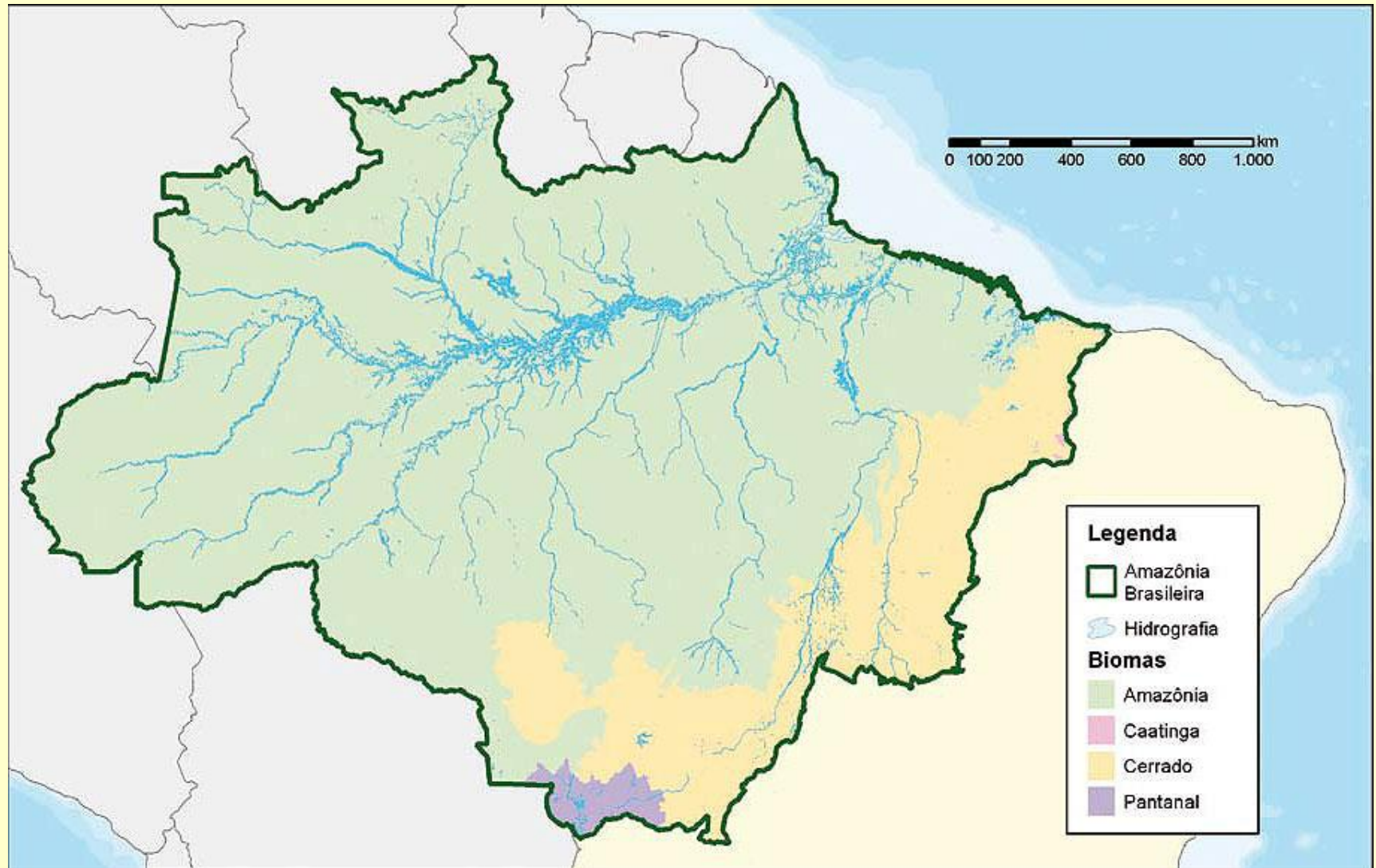
Unidade da Federação	Área Territorial (km ²)
Acre	152.581,39
Amapá	142.814,59
Amazonas	1.570.745,68
Maranhão	331.983,29
Mato Grosso	903.357,91
Pará	1.247.689,52
Rondônia	237.576,17
Roraima	224.298,98
Tocantins	277.620,91
Total	5.088.668,44

Fonte: IBGE.

Amazônia Brasileira Regiões Hidrográficas



Amazônia Brasileira Biomomas



Processo de Povoamento da Amazônia

Características Básicas

Até 1960	População dispersa pela bacia ao longo das vias fluviais, baixíssima densidade demográfica e baixo índice de urbanização (32,5% em 1960), rede urbana incipiente e altamente concentrada (Belém e Manaus)
Após 1960	Elevado percentual de incremento populacional (332% entre 1960 e 2008), população se movimentando ao longo dos eixos rodoviários, elevação progressiva da taxa de urbanização (em torno de 75% em 2005), rede urbana começa a se diversificar com o aparecimento de pólos de níveis intermediários na hierarquia das cidades.

Quadro 4

Evolução da População nos Estados da Amazônia Legal entre 1950 e 2008 (mil hab.)

UF	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2008	Crescimento no período %
AC	114	158	215	301	418	553	680	496
AM	514	708	955	1.430	2.103	2.841	3.341	550
AP	34	68	114	175	289	476	613	1.702
MA	1.583	2.469	2.993	3.996	4.930	5.638	6.305	298
MT	213	323	600	1.139	2.027	2.498	2.957	1.288
PA	1.123	1.529	2.167	.403	4.950	6.189	7.321	551
RO	37	70	111	491	1.133	1.378	1.493	3.935
RR	18	28	41	79	218	324	412	2.288
TO	184	294	521	743	920	1.155	1.280	595
AMAZÔNIA LEGAL	3.820	5.647	7.717	11.757	16.988	21.052	24.402	538

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1950 a 2000 e Contagem Populacional de 2008.

Processo de Povoamento da Amazônia

Áreas de Maior Impacto

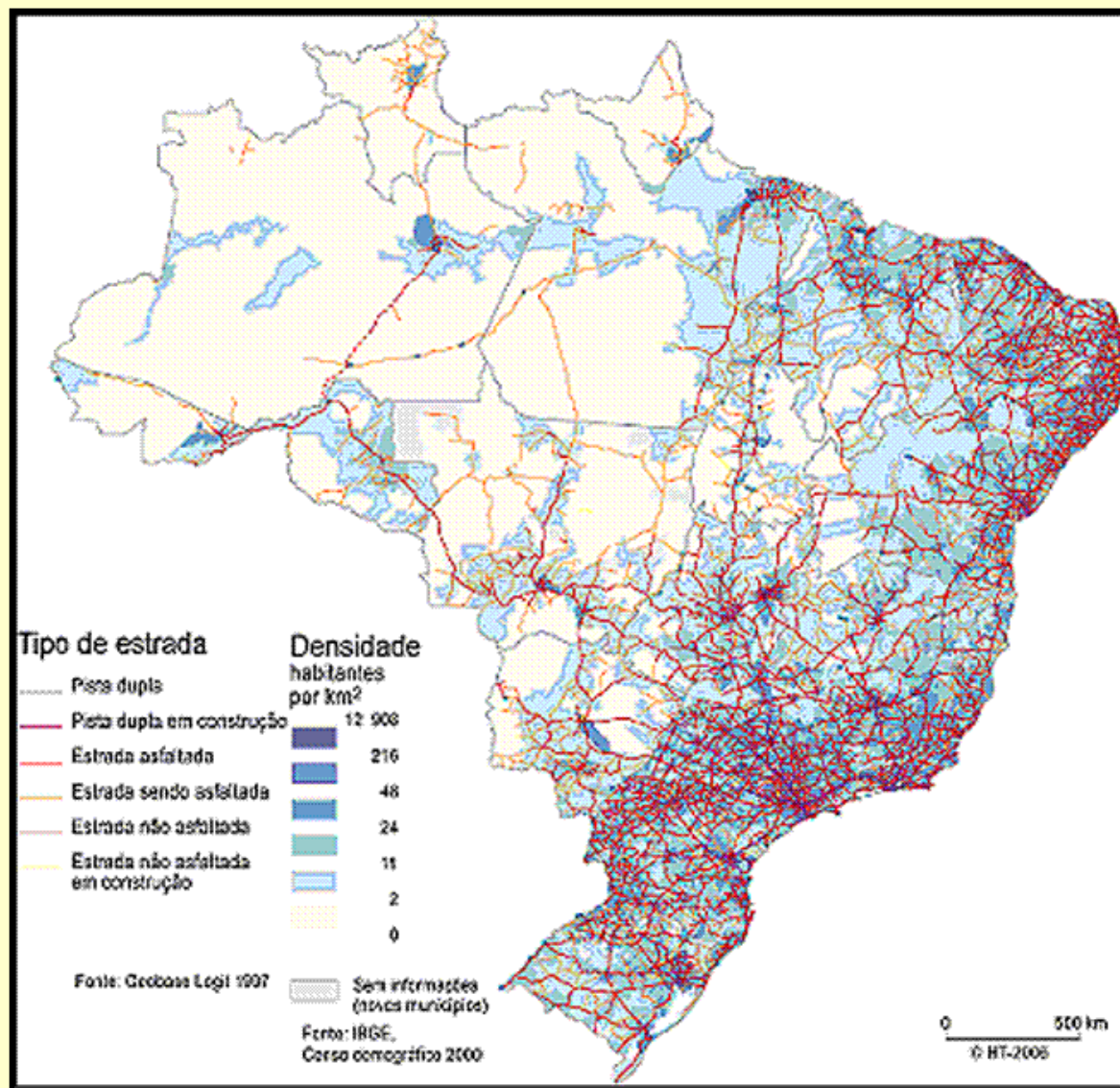
- Centro-Sul de Rondônia
- Sul e Norte de Mato Grosso
- Região do Bico do Papagaio
- Centro Norte do Maranhão
- Centro Sul de Tocantins
- Áreas Metropolitanas de Belém, Manaus e Cuiabá

Processo de Povoamento da Amazônia

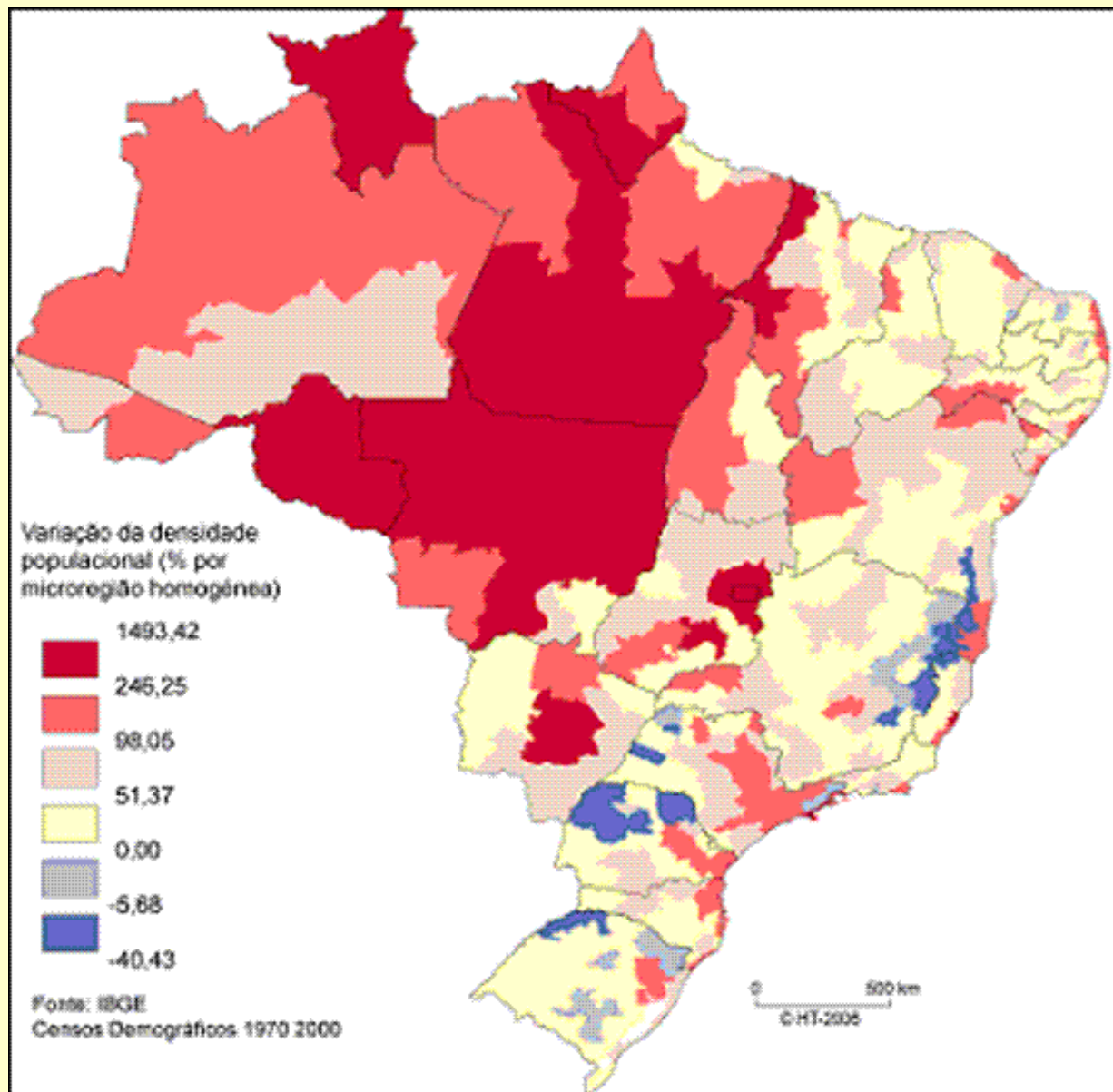
Importância da Ação Governamental

- Implantação de infra-estrutura viária integrando a região ao restante do país.
- Execução de Programas de Desenvolvimento Regional
 - PIN
 - POLAMAZÔNIA
 - Zona Franca de Manaus
- Projetos Públicos de Colonização
 - Transamazônica
 - BR 364

Rodovias e Densidade de População



Varição da Densidade Populacional entre 1970 e 2000



Quadro 5

Malha Rodoviária por Estado na Amazônia Legal, 2004 (Km)

UF	Pavimentada Pista Simples	Pavimentada Pista Dupla	Em obras Pavimentação	Implantada e em Implantação	Leito Natural	Total	Planejada
MT	5.913	60	518	11.845	68.386	86.722	6.271
MA	6.928	28	29	12.616	35.834	55.435	2.851
PA	4.095	72	1.522	9.702	19.977	35.368	6.923
TO	5.108	24	1.118	340	21.861	28.451	9.318
RO	1.553	0	867	13.051	7.080	22.551	4.083
AM	1.587	53	452	3.737	448	6.277	8.778
AC	905	12	251	2.643	3.647	7.458	596
RR	1.117	0	35	5.435	583	7.170	855
AP	307	12	0	1.861	148	2.328	4.937
TOT	27.513	261	4.792	61.230	157.964	251.760	44.612
BRA	185.044	11.050	13.003	246.290	1.154.689	1.610.076	141.786
(%)	14,9	2,4	36,9	24,9	13,7	15,6	31,5

Fonte: Ministério dos Transportes.

Quadro 6

Ferrovias na Região Amazônica

Nome	Extensão	Conexões
Estrada de Ferro Carajás	892 km	Carajás/Pará a Porto de Itaquí/Maranhão
Ferrovias Norte-Sul	420 km	Açailândia a Araguaína/Tocantins
Ferronorte	403 km	Ponte rodoferroviária do rio Paraná /Terminal de Inocência e Terminal Chapadão do Sul (MS) e Terminal em Alto Taquari (MT)
Estrada de Ferro Amapá	194 Km	Serra do Navio – Porto de Santana, em Macapá
Estrada de Ferro Jari	68 Km	Munguba – terminal na área industrial do Projeto Jari - ao porto no rio Jari
Estrada de Ferro Trombetas	35 Km	Serra do Sacarã, município de Oriximiná, ao Porto Trombetas, ambos no Pará

Fonte: Ministério dos Transportes.

Processo de Povoamento da Amazônia

Novo Perfil da Rede Urbana

Pólos Regionais	Belém, São Luiz, Manaus, Cuiabá, Palmas e Porto Velho
Pólos Sub-Regionais	Imperatriz, Araguaína, Marabá, Santarém, Boa Vista, Rio Branco, Sinop, Ji-Paraná
Áreas de Importância Geopolítica	Cruzeiro do Sul, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Oiapoque

Pólos Metropolitanos do Brasil



Tabela 7

Distribuição da População por Região

	(Em %)						
Região	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2008
Norte	4,16	4,43	5,56	6,83	7,19	7,60	7,99
Nordeste	31,81	30,18	29,25	28,94	28,50	28,12	27,99
Sudeste	43,43	42,79	43,47	42,73	42,66	42,65	42,30
Sul	16,81	17,71	15,99	15,07	14,97	14,79	14,50
Centro-Oeste	3,78	4,89	5,72	6,42	6,69	6,85	7,22
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE.

Tabela 8

População Residente Brasil

Região	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2008
Norte	2.941.169	4.124.818	6.619.755	10.030.556	11.288.259	12.900.704	15.142.684
Nordeste	22.466.549	28.111.551	34.815.439	42.497.540	44.766.851	47.741.711	53.088.499
Sudeste	30.675.382	39.850.764	51.737.148	62.740.401	67.000.738	72.412.411	80.187.717
Sul	11.874.356	16.496.322	19.031.990	22.129.377	23.513.736	25.107.616	27.497.970
Centro-Oeste	2.667.166	4.551.391	6.806.720	9.427.601	10.500.579	11.636.728	13.695.944
Brasil	70.624.622	93.134.846	119.011.052	146.825.475	157.070.163	169.799.170	189.612.814

Fonte: IBGE.

Tabela 9

Distribuição do PIB por Região

	(Em %)					
Região	1959	1970	1975	1980	1995	2005
Norte	2	2,1	2	3,2	4,4	4,9
Nordeste	14,1	11,7	11,1	12	12,9	13,1
Sudeste	64,1	65,6	64,9	62,2	56	56,5
Sul	17,4	16,7	17,9	17	18,3	16,6
Centro-Oeste	2,4	3,9	4,1	5,6	8,4	8,9
Brasil	100	100	100	100	100	100

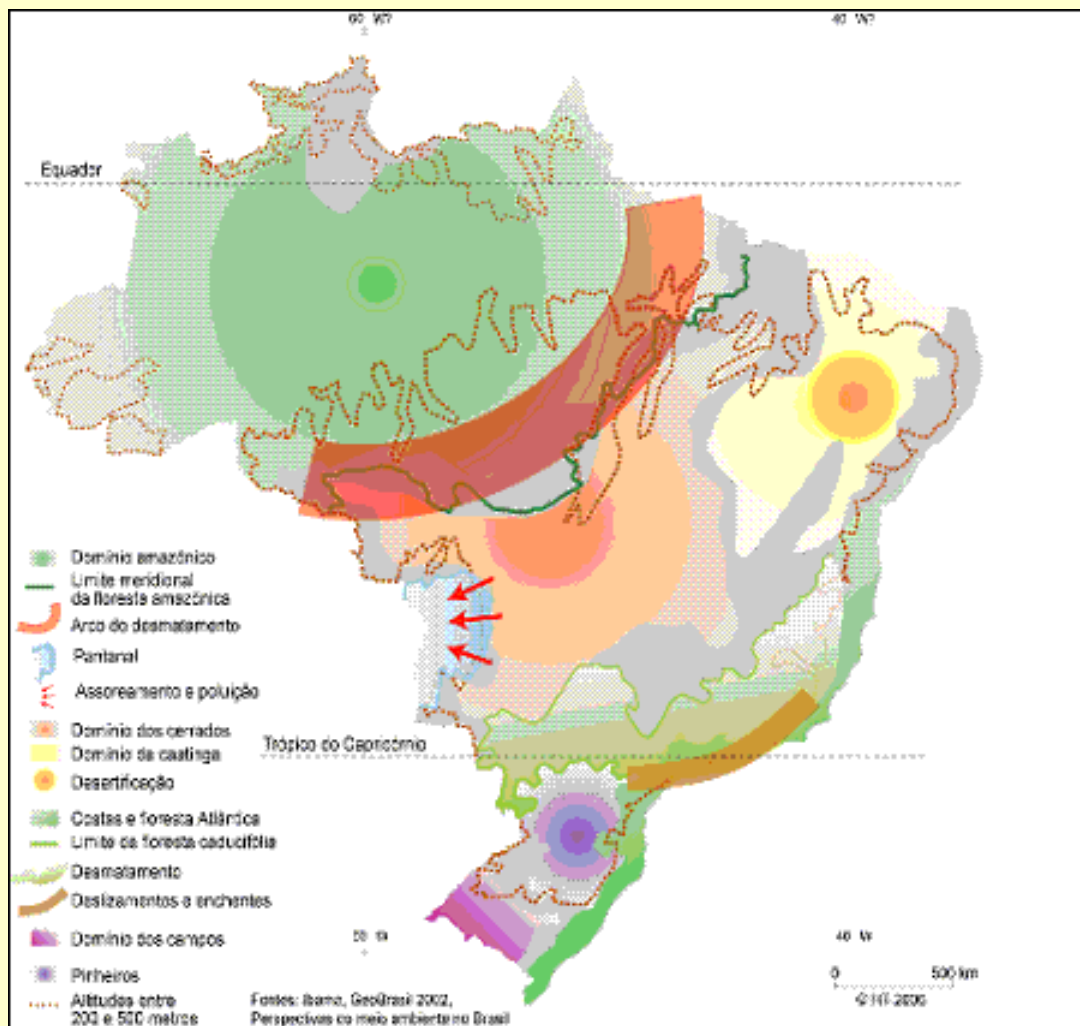
Fonte: FGV/IBGE - 1959 a 2005.

Processo de Povoamento da Amazônia

Impactos Ambientais

- Desmatamento e Queimadas
- Erosão de Solos
- Perda de Biodiversidade
- Poluição e Assoreamento dos Recursos Hídricos em Áreas Rurais e Urbanas
- Poluição Atmosférica

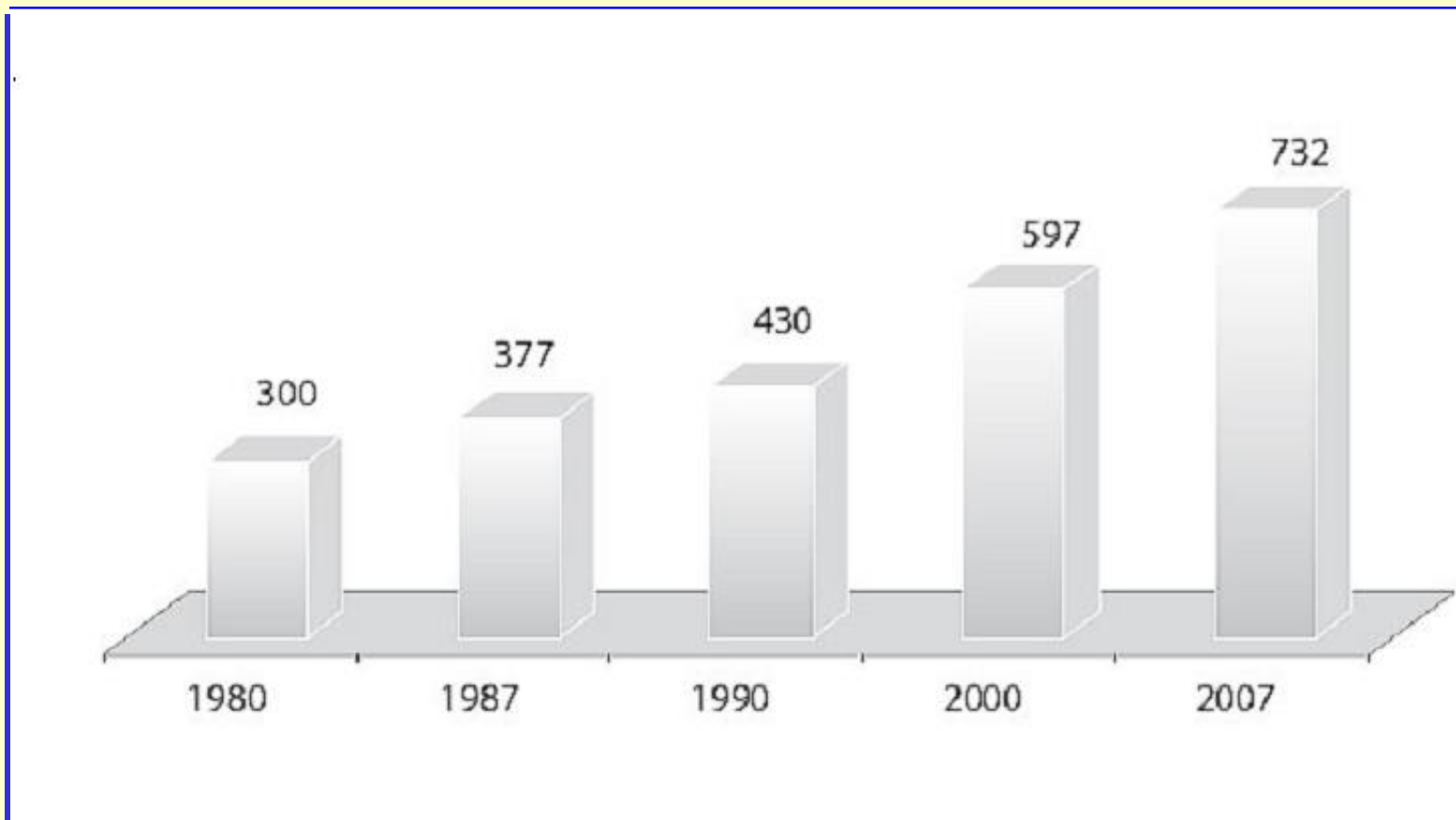
Algumas Características Ambientais Brasileiras



Fonte: CGEE.

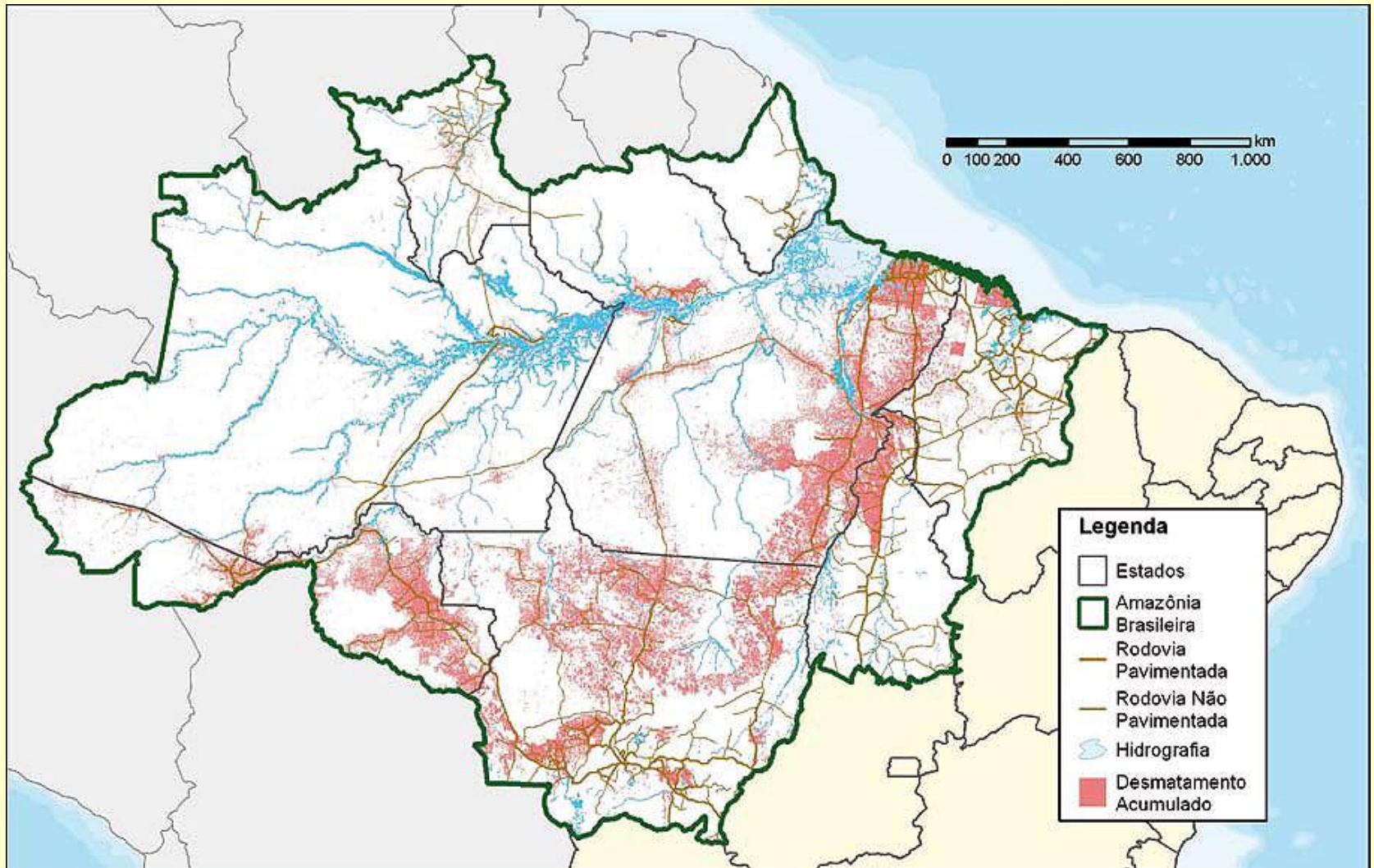
Gráfico 1

Área Desmatada Acumulada na Amazônia Legal, 1980-2007 (em mil km²)



Fonte: INPE. Prodes.

Amazônia Brasileira Desmatamento Acumulado



Quadro 7

Evolução das Taxas de Desmatamento (km²)

Estados/Ano	99-00	00-01	01-02	02-03	03-04	04-05	05-06	06-07
Acre	547	419	762	1.061	729	539	323	136
Amazonas	612	634	881	1.587	1.211	752	780	582
Amapá		7	25	46	33	30		
Maranhão	1.065	958	1.014	993	755	922	651	631
Mato Grosso	6.369	7.703	7.892	10.405	11.814	7.145	4.333	2.476
Pará	6.671	5.237	7.324	6.996	8.521	5.731	5.505	5.569
Rondônia	2.465	2.673	3.067	3.620	3.834	3.233	2.062	1.465
Roraima	253	345	84	439	311	133	231	306
Tocantins	244	189	212	156	158	271	124	59
Amazônia Legal	18.226	18.165	21.238	25.282	27.379	18.759	14.039	11.224

Fonte: INPE (2008) – Dados Prodes.

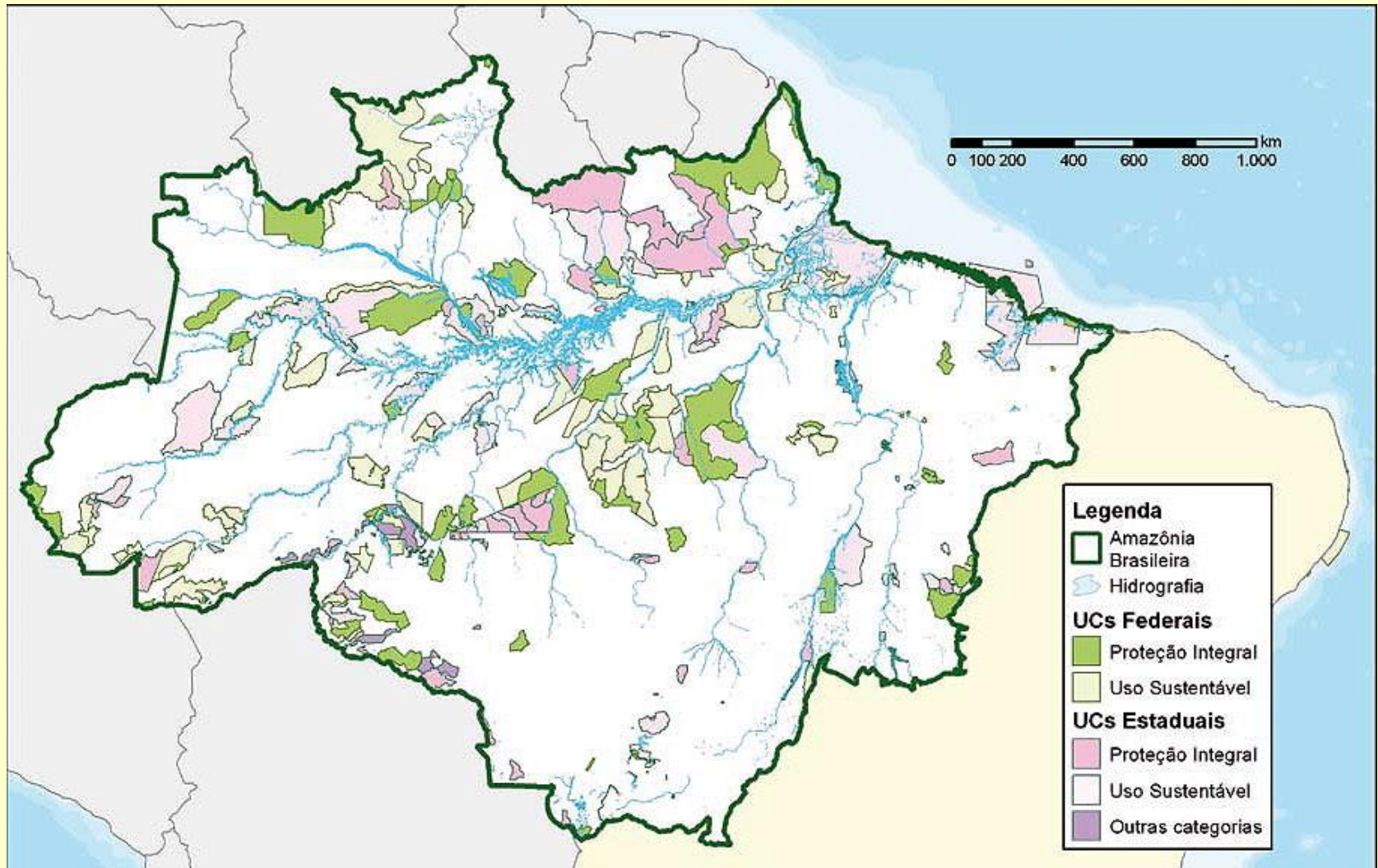
Tabela 10
 Áreas Protegidas na Amazônia Legal

(Em Km²)

Tipos	Extensão	Porcentagem	
		Amazônia Legal	Brasil
Unidade de Conservação	1.100.000	21,6	12,9
Terras Indígenas	1.020.000	20,0	11,9
Terras Quilombolas	85.000	1,6	1,0
Áreas Militares	22.000	0,0	0,2
Total	2.207.000	43,6	26,0
Amazônia Legal	5.088.668	100,0	59,8
Brasil	9.522.668		100,0

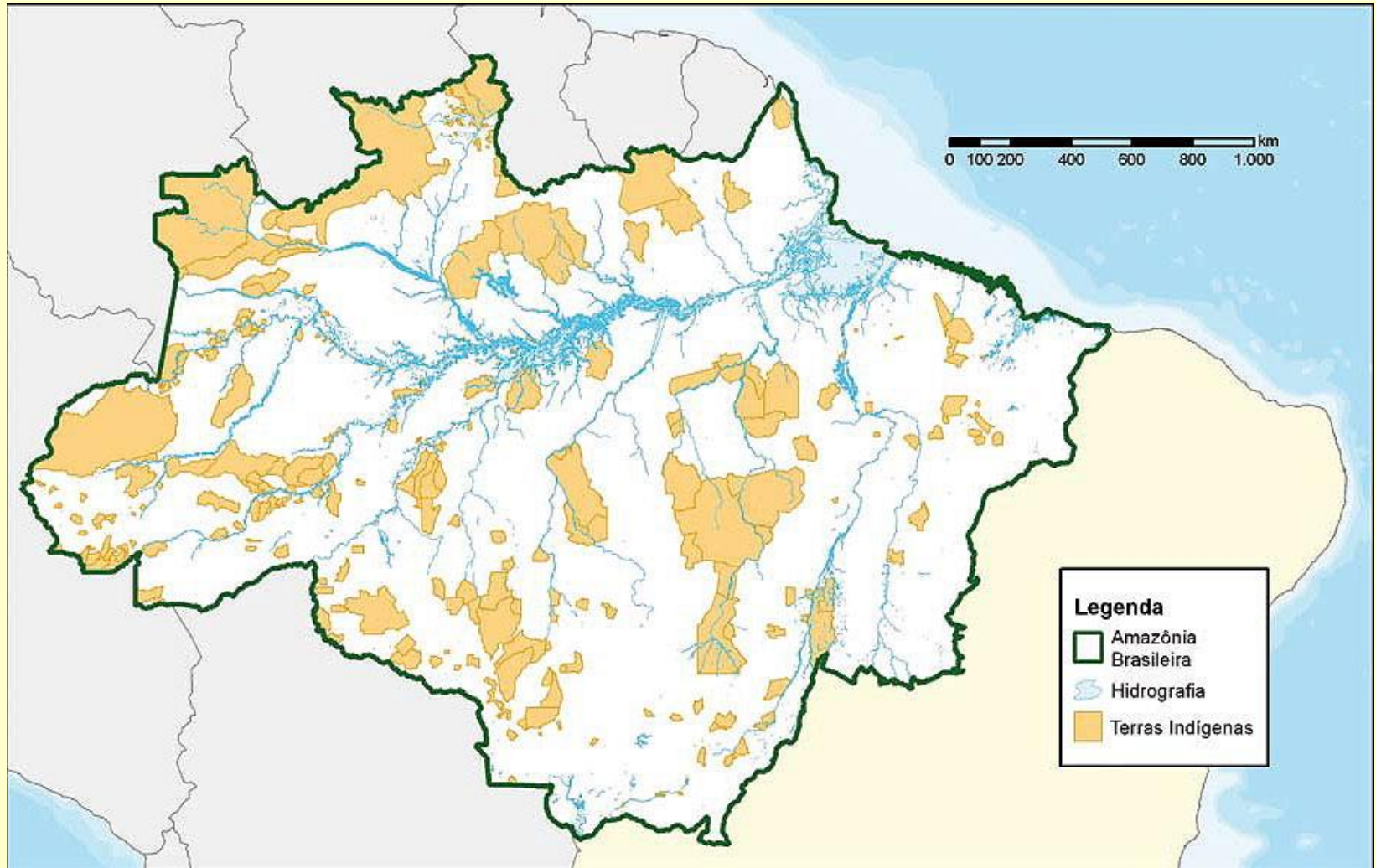
Fonte: PAS.

Amazônia Brasileira Unidades de Conservação



Fonte: PAS.

Amazônia Brasileira Terras Indígenas



Fonte: PAS.

Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Vetores Estratégicos

- Promoção do Desenvolvimento Sustentável
- Consolidação do Processo de Integração Nacional
- Estabelecimento de uma Dinâmica de Inclusão Social
- Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Fortalecimento da Presença do Estado

Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Eixos Temáticos

- Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental
- Produção Sustentável com Inovação e Competitividade
- Consolidação da Infra-Estrutura
- Inclusão Social e Cidadania

Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental

Ações Prioritárias

- Planejamento Territorial
- Regularização Fundiária e Consolidação dos Assentamentos Rurais
- Gestão Eficiente das Unidades de Conservação
- Regularização de Terras Indígenas
- Monitoramento e Controle Ambiental

Produção Sustentável com Inovação e Competitividade

Ações Prioritárias

- Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Gestão
 - Ênfase especial para as atividades de desenvolvimento científico e tecnológico, assistência técnica e extensão rural e crédito
- Promoção das Atividades de Manejo Florestal
 - Concessão de incentivos à correta extração de produtos madeireiros e não madeireiros e viabilização do processo de comercialização de serviços ambientais
- Incentivos à Produção Agropecuária Sustentável
 - Otimização dos uso das áreas já desmatadas e estruturação de cadeias produtivas sustentáveis
- Exploração Racional da Pesca e da Aqüicultura

Produção Sustentável com Inovação e Competitividade

Ações Prioritárias (continuação)

- Expansão do Turismo Sustentável e do Ecoturismo Responsável
- Expansão da Produção Mineral
 - Organizar a cadeia produtiva do setor mínero-metalúrgico regional
- Consolidação da Produção Industrial
 - Estruturar cadeias produtivas para o processamento de mercadorias agropecuárias, florestais e minerais direcionadas ao mercado internacional;
 - Fortalecer as cadeias produtivas integradas ao consumo regional e local em áreas como alimentos, bebidas, vestuário, calçados e materiais de construção civil;
 - Reforçar as iniciativas bem sucedidas na área da produção de mercadorias de consumo de massa com agregação de valor econômico e incorporação de inovações tecnológicas.

Consolidação da Infra-Estrutura

Ações Prioritárias

- Logística
 - Ampliar e implantar uma eficiente rede de transportes multimodal que possibilite o deslocamento de pessoas e cargas a preços competitivos em prazos adequados e condições efetivas de segurança
- Comunicações
 - Melhorar a oferta e a qualidade dos diversos serviços prestados à população local e dotar a região de condições de acesso aos mais modernos meios tecnológicos de comunicação
- Energia
 - Viabilizar soluções adequadas de oferta de energia para realidade distintas, desde metrópoles regionais até pequenos povoados situados em áreas isoladas da região

Inclusão Social e Cidadania

Ações Prioritárias

- Educação
- Saúde
- Saneamento
- Segurança Pública
- Assistência e Previdência Social
- Valorização da Diversidade Cultural
- Políticas de Igualdade de Gênero

Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Agenda Básica

- Regularização Fundiária e ZEE
 - Desenvolver estratégias diversas para a Amazônia com e sem florestas
- Combater o Desmatamento e as Queimadas
- Providenciar Oportunidades de Produção Economicamente Viáveis e Ambientalmente Sustentáveis
 - Focar a ação para os pequenos agricultores que atuam na área de transição entre o cerrado e a floresta promovendo:
 - a) A ampliação dos serviços de difusão de tecnologias agropecuárias e de assistência técnica e capacitação aos pequenos e médios produtores rurais
 - b) A implantação de ações de capacitação e de assessoria técnica voltadas para o empreendedorismo e consolidação de micro e pequenas unidades produtivas não agrícolas
 - c) O desenvolvimento de um amplo programa de reflorestamento das matas ciliares devastadas e de proteção de nascentes

Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Agenda Básica (continuação)

- Continuar a construção de uma agricultura moderna, democratizada e de alto valor agregado na área da Amazônia coberta por cerrados.
- Desenvolver o setor secundário
 - a) Estruturando cadeias produtivas para o processamento de mercadorias agropecuárias, florestais e minerais direcionadas ao mercado internacional;
 - b) Fomentando o estabelecimento de cadeias produtivas de alto valor agregado na utilização de produtos florestais mediante o incentivo do estabelecimento de oportunidades de produção nos setores biomédico, fitoterápico, dermocosmético e de produção de alimentos naturais;
 - c) Fortalecendo as cadeias produtivas integradas ao consumo regional e local em áreas como alimentos, bebidas, vestuário, calçados e materiais de construção civil;
 - d) Reforçando as iniciativas bem sucedidas na área da produção de mercadorias de consumo de massa com agregação de valor econômico e incorporação de inovações tecnológicas.

Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Agenda Básica (continuação)

- Implantar uma Rede de Transportes Multimodal
- Capacitação de Recursos Humanos e Promoção do Desenvolvimento das Habilidades Científicas e Tecnológicas
 - Enfatizar o desenvolvimento de nichos estratégicos nos setores de equipamentos e serviços de saúde, defesa (sensoreamento remoto e processamento de imagens), eletrônica de massa (equipamentos para inclusão digital e jogos eletrônicos), biologia molecular, processamento de informações geográficas, busca e estruturação de informações e bioenergia.

Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

Considerações Finais

- A execução de um persistente trabalho de melhoria do sistema educacional da região e de promoção de políticas de fomento às áreas de ciência , tecnologia e inovação são condições essenciais para viabilizar o desenvolvimento sustentável da Amazônia
- Uma forte presença do Estado é fator básico para garantir a viabilização de medidas que assegurem a implementação do processo de desenvolvimento sustentável na Amazônia
- Possuir uma excelente capacidade de monitoramento e dispor de eficazes condições de mobilidade são os principais requisitos para assegurar uma eficiente atuação do Estado na Amazônia
- A causa do desenvolvimento sustentável da Amazônia não é só uma causa regional mas sim um importante imperativo de ação nacional.

Obrigado pela atenção

luizcezar.azeredo@ipea.gov.br